



**ATA DA 141ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO SUBCOMITÊ DO SISTEMA LAGUNAR MARICÁ-GUARAPINA.** No dia 01 de agosto de 2025, às 14h11 em 2ª chamada, por videoconferência, realizou-se a 141ª Reunião Ordinária do Subcomitê do Sistema Lagunar Maricá-Guarapina, com a seguinte pauta: **1) Aprovação da pauta; 2) Aprovação minuta de memória 140ª R.O; 3) Aprovação de novos membros nas vagas vacantes do Subcomitê e sua participação em CTs e GTs; 4) Estresse/emergência hídrica histórica em Maricá – continuação; 5) Oficinas de Enquadramento; 6) Ações de Educação Ambiental no território; 7) Cleanup Day: viabilidade de execução do evento em nosso território; 8) Assuntos Gerais. Presenças: Poder Público: CRBIO-02 - Valéria Marques e Daniel Bêrredo; Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro DRM – Pedro Hugo Müller Xalbert; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER – RJ) - Newton Novo Costa Pereira. Usuários: Águas do Rio – Amanda Bulhões; ALAPI – Paulo Cardoso; SANEMAR – Anderson Ferreira. Sociedade Civil: Apalma – Flávia Lanari Coelho; IFF Maricá – Elane Carvalho. Convidados: Ten. Paulo – REDEC; Fátima Casarin e Thiago Rangel – Secretaria de Urbanismo. Iniciada a reunião, passou-se aos itens da pauta: **1) Aprovação da pauta:** Flávia colocou a pauta em apreciação, não havendo objeções a pauta foi aprovada por todos. **2) Aprovação minuta de memória 140ª R.O:** Flávia questionou aos membros se havia considerações a aplicar na minuta de ata 140ª R.O, Amanda indicou, na linha 68 e 70 da ata, a correção da sigla "AF" para "AAF" (Autorização Ambiental de Funcionamento). Valéria Marques também apontou que a ata aprovada não registrou adequadamente a deliberação sobre as indicações de nomes para as Câmaras Técnicas, parecendo mais uma intenção do que uma decisão. A Secretaria Executiva se prontificou a revisar e incluir os pontos levantados por Valéria e a ata foi aprovada mediante as correções. **3) Aprovação de novos membros nas vagas vacantes do Subcomitê e sua participação em CTs e GTs:** Flávia informou que o representante da Secretaria de Urbanismo estava presente, Thiago, mas ainda como convidado devido à pendência de documentação.**

SSLM-G: fone: 21 99896.8636 / e-mail: [subcomitê.marica-guarapina@bol.com.br](mailto:subcomitê.marica-guarapina@bol.com.br)

CBH-BG: Rua da Quitanda, nº 185, Centro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil, CEP: 20.091-005

Telefone: (21) 2531-0309 / Celular (21) 97374-3674 / E-mail: [cbhbaideguanabara@gmail.com](mailto:cbhbaideguanabara@gmail.com)



Thiago confirmou que providenciará a documentação o mais rápido possível, espera enviar até terça-feira. Flávia ressaltou que, mesmo como convidado, Thiago poderia participar da oficina remota de enquadramento. O ponto de pauta se repetirá na próxima reunião. Elane fez um pedido para que a Sanemar continuasse com a iniciativa do Prêmio Estocolmo das Águas - Juventude das Águas, destacando a importância do programa para a juventude e a educação ambiental em Maricá. Elane ressaltou que a Sanemar já havia feito o mais difícil, que era a conexão com o prêmio nacional e internacional, e que a continuidade da iniciativa era crucial para a educação ambiental e soluções práticas para a água no município. Flávia sugeriu que o pedido fosse incluído na pauta da próxima reunião, devido à ausência da Sanemar na reunião atual.

**4) Estresse/emergência hídrica histórica em Maricá – continuação:** O

ponto de pauta foi discutido com base nos documentos P2 e P3. O documento P2 foi apresentado e descrito como um levantamento sobre o processo de licitação, abrangendo o contexto regulatório, o edital de concessão e a transição da CEDAE de empresa pública para privada, com identificação das áreas afetadas. O material incluiu avaliação das premissas do contrato e do planejamento para Maricá, destacando índices de vazamento e metas de universalização do saneamento, que passariam de 46% para 99% em até 12 anos. Também foram levantadas preocupações sobre o valor de investimento necessário e o possível impacto do processo de dessalinização que poderia encarecer e atrasar a ampliação da cobertura. Foram apresentados questionamentos direcionados principalmente à Sanemar, nesse momento ausente na reunião. Foi discutido sobre o cronograma de investimentos, especialmente nos primeiros cinco anos, e a definição sobre a captação e represamento em Tanguá. Amanda esclareceu que, segundo apresentação anterior no Subcomitê, uma das alternativas é a captação no rio Caceribu, em Tanguá, mas se comprometeu a verificar se há outra captação prevista. Foi apontado que no documento P2 aparecem citações tanto à barragem em Tanguá quanto à captação no rio Caceribu, tratadas como alternativas distintas, e que não há menção à possibilidade de uso de Juturnaíba. Pedro



acrescentou que a barragem de Tanguá é prevista no rio Tanguá, conforme estudo do município de Maricá. Relembrou-se que essa proposta já havia sido defendida na gestão do primeiro presidente da Sanemar. Persistiram dúvidas sobre a distinção entre as opções apresentadas e a localização exata das referências no documento. Foi discutida a possibilidade de construção de uma barragem no rio Tanguá, mencionada por Flávia, Amanda afirmou que verificaria a informação. Flávia relatou dúvidas sobre a destinação da água, citando que parte poderia ir para Imunana ou municípios com carência hídrica naquela região, e que o Caceribu atenderia não apenas Tanguá e Maricá. Ela ressaltou que, segundo estudo da Sanemar, realizado em novembro de 2021 para análise de poços e finalizado em 2022, há a impressão de que o material está parado desde então, questionando se a empresa deu continuidade às ações previstas. Flávia destacou que a Sanemar, ao tratar de projetos como o de Tanguá, deveria ter dialogado com as empresas envolvidas. Elane informou que o pedido de outorga dos poços prioritários, relacionado a esse estudo, teve aprovação do INEA e foi concedido para Águas do Rio. Flávia observou que essa informação se refere ao P3, enquanto a pauta naquele momento tratava do P2, referente à análise crítica do edital de concessão da Cedae. Ela apresentou questionamentos sobre a participação oficial da Sanemar ou da Prefeitura de Maricá no Conselho de Titulares, sobre a priorização do abastecimento de Maricá no cronograma de investimentos de curto prazo e sobre a eventual pressão junto aos órgãos competentes para definir essa prioridade. Também foi abordada a questão da captação e represamento no rio Tanguá, citada como opção para o segundo distrito, juntamente com o Caceribu, e a necessidade de esclarecer se a proposta ainda está em consideração. Flávia reforçou a pergunta central sobre o andamento do estudo da Sanemar, se houve implementação das ações indicadas ou se o documento permaneceu inativo. Daniel acrescentou a importância de avaliar, além dos investimentos previstos, os indicadores de desempenho estabelecidos no edital e o progresso obtido ao longo do tempo, para verificar se os investimentos resultaram em melhorias efetivas. Pedro informou que localizou, na página 71



**COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS  
SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ – CBH-BG**

**SUBCOMITÊ DO SISTEMA LAGUNAR MARICÁ-GUARAPINA - SSLM-G**

do documento, um trecho que menciona o Caceribu, embora de forma breve e sem muitos detalhes, e explicou que se trata de uma alternativa projetada pela Agência Nacional de Águas como parte de um estudo regional, contemplando Maricá. Flávia comentou que, em apresentação recente de Águas do Rio, a alternativa do Caceribu foi tratada com mais entusiasmo do que a de Tanguá, reforçando a relevância de obter informações atualizadas. Ela se comprometeu a compartilhar documentos com Anderson Ferreira – SANEMAR para facilitar as respostas. A Secretaria do Comitê Baía de Guanabara informou que Anderson respondeu no chat solicitando o envio de um questionário consolidado com todas as questões, para que pudesse trazer respostas mais completas, dado o caráter técnico dos temas. Flávia confirmou que enviou a ele, por mensagem, seus questionamentos referentes ao P2 e P3, e orientou que a pergunta apresentada por Daniel fosse redigida de forma clara, especificando a que parte do estudo se referia. Daniel concordou e afirmou que registraria a questão no chat. Flávia destacou que Anderson deveria se preparar para as próximas reuniões revisando o estudo da Sanemar, a fim de poder responder aos questionamentos principais, observando que, na ausência dessas respostas, o debate ficaria comprometido. Ela apontou que a questão de Tanguá, tratada no P2, ficou sem resposta naquele momento, pois Amanda não estava preparada para responder. Ressaltou que a captação de água em Maricá é atualmente responsabilidade de Águas do Rio, após a saída da Cedae, sendo que o abastecimento proveniente de Imunana não atinge o 1º Distrito. Foi informado que o P4 corresponde ao diagnóstico do 1º Distrito e o P5 ao diagnóstico de fontes alternativas, sendo este último menor. Flávia sugeriu que, caso Anderson viesse preparado ou trouxesse alguém que conheça o estudo, seria possível avançar mais rapidamente. Solicitou que ele trouxesse, na reunião seguinte, alguém capaz de responder às questões levantadas, pois do contrário haveria risco de estender a pauta até dezembro. Foi discutida a possibilidade de participação do secretário responsável pela pasta, com esclarecimento de que a Sanemar não está vinculada a uma secretaria, embora exista uma Secretaria de Recursos Hídricos recém-criada.

SSLM-G: fone: 21 99896.8636 / e-mail: [subcomitê.marica-guarapina@bol.com.br](mailto:subcomitê.marica-guarapina@bol.com.br)

CBH-BG: Rua da Quitanda, nº 185, Centro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil, CEP: 20.091-005

Telefone: (21) 2531-0309 / Celular (21) 97374-3674 / E-mail: [cbhbaiadeguanabara@gmail.com](mailto:cbhbaiadeguanabara@gmail.com)



Flávia reforçou a importância de Anderson trazer não apenas as respostas por escrito, mas também alguém que possa esclarecer dúvidas adicionais no momento da reunião. Ela informou que postaria o material do P3 e P4 no grupo do subcomitê, para que membros pudessem acrescentar questionamentos antes da próxima reunião, alertando que, sem essa colaboração, a pauta ficaria travada. Ao final, perguntou se havia mais alguma manifestação dos presentes.

**5) Oficinas de Enquadramento:** Flávia informou que a Oficina de Enquadramento teve baixa participação, inclusive de membros, e que haverá uma segunda oportunidade, remota, na terça-feira seguinte para incluir contribuições. Flávia reforçou a importância da presença de representantes técnicos da Sanemar e do urbanismo para apresentar sugestões, já que esta é a última chance de inserir metas no Termo de Referência para a contratação de empresa que comandará todo aquele processo. Ela convidou também alguns participantes externos e informou que enviará novamente o link da oficina, solicitando o contato de Thiago para garantir seu recebimento, devido a dificuldades momentâneas de comunicação.

**6) Ações de Educação**

**Ambiental no território:** Valéria informou que haverá uma reunião da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CTEM/CBH-BG) na segunda-feira e destacou que, conforme discussões anteriores, levou uma proposta à última reunião da CTEM. O entendimento nessa ocasião foi de que a ideia apresentada, apesar de ter potencial impacto como ação de educação ambiental, estava mais alinhada à atuação da Câmara Técnica de Infraestrutura Verde (CTIV/CBH-BG), especialmente pela relação com ações de recuperação de mata ciliar já realizadas por outras frentes. Ela explicou que a verba disponível para ações, no valor aproximado de R\$ 30.000 (trinta mil reais), é específica para iniciativas de educação ambiental, sendo necessário definir um público-alvo e um formato que envolva mobilização e informação antes e depois das atividades, como plantios em áreas prioritárias de rios ou lagoas. Valéria mencionou que cogitou integrar essa verba a ações como o Cleanup Day, que já possuem dinâmica própria, mas ressaltou que a execução passará por edital e que o valor reduzido limita iniciativas isoladas, sugerindo como alternativa unir recursos de





156 diferentes subcomitês para formações e mobilizações conjuntas. Flávia  
157 comentou que alguns subcomitês já destinaram recursos de Macroprogramas a  
158 ações específicas e que, por isso, seria difícil obter adesão total para um  
159 projeto unificado, embora não descartasse discutir a possibilidade. Valéria  
160 esclareceu que existem duas verbas distintas: uma destinada a projetos, já  
161 direcionada por edital, e outra para ações, ainda sem definição de uso.  
162 Explicou que, em reunião anterior da CTEM, a proposta de unificar valores foi  
163 rejeitada, mantendo-os separados, mas que ainda há espaço para discutir a  
164 união dos recursos de ações entre subcomitês. Na sequência, Flávia  
165 questionou sobre o andamento do edital de projetos e as regras de participação  
166 de instituições membros do comitê. Ela relatou que, anteriormente, havia  
167 entendimento de que organizações que não participaram da elaboração do  
168 Termo de Referência poderiam concorrer, mas que, neste ano, recebeu a  
169 informação de que a participação estaria vedada a todas as instituições com  
170 assento no Comitê. Informou que, no resultado preliminar, apenas um projeto  
171 em cada uma das regiões leste e oeste foi habilitado, com os demais  
172 inabilitados, incluindo o de Maricá, vinculado à AmaDarcy. Ressaltou que essa  
173 restrição é uma novidade em relação a anos anteriores e questionou se haverá  
174 novo edital para suprir a falta de projetos habilitados. Foi debatida a dificuldade  
175 de execução dos editais conduzidos pela AGEVAP, considerada pouco  
176 eficiente, com histórico de complicações e formato que, historicamente, gera  
177 entraves e limita a participação das entidades-membro do Comitê na execução  
178 de projetos. Flávia destacou que o problema é recorrente e que a condução  
179 atual não apresentou melhorias significativas, apontando dificuldades  
180 administrativas, de gestão e de pessoal. Ressaltou que capacitações para  
181 elaboração de editais não tiveram efeito duradouro devido à alta rotatividade e  
182 que a gestão atual não tem facilitado os processos. Flávia sugeriu levar a  
183 questão à reunião da CTEM, enfatizando que a definição do formato e da  
184 viabilidade deve vir de instâncias superiores antes que o subcomitê formule  
185 propostas. Valéria Marques sugeriu incluir o tema como pauta formal e buscar  
186 parcerias com entidades externas para atender às demandas, considerando

SSLM-G: fone: 21 99896.8636 / e-mail: [subcomitê.marica-guarapina@bol.com.br](mailto:subcomitê.marica-guarapina@bol.com.br)

CBH-BG: Rua da Quitanda, nº 185, Centro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil, CEP: 20.091-005

Telefone: (21) 2531-0309 / Celular (21) 97374-3674 / E-mail: [cbhbaideguanabara@gmail.com](mailto:cbhbaideguanabara@gmail.com)



187 que a verba destinada é limitada e que a participação direta de entidades do  
188 Comitê está vedada. Reforçou a importância de manter ideias previamente  
189 discutidas, articular com outros Subcomitês e envolver órgãos municipais de  
190 meio ambiente e educação para alinhar prioridades e definir públicos-alvo,  
191 destacando que a experiência das oficinas de enquadramento pode servir de  
192 referência para estruturar ações de educação ambiental com maior alcance e  
193 efetividade, respeitando critérios mínimos que garantam impacto no território e  
194 continuidade das atividades. Fátima, com experiência no INEA e atuação  
195 anterior como gerente na área de apoio aos Comitês e educação ambiental,  
196 afirmou que a participação da sociedade civil era estimulada, mas já existia o  
197 mesmo problema da proibição de execução de projetos por parte de membros  
198 do Comitê, o que considera um erro grave. Argumentou que essa restrição  
199 inviabiliza a atuação de quem entende e vivencia a governança da água,  
200 favorecendo entidades sem vínculo real com a gestão dos recursos hídricos.  
201 Defendeu que a proibição deveria se limitar apenas à participação na criação  
202 de critérios, seleção ou avaliação, permitindo a execução pelos membros.  
203 Criticou a complexidade excessiva dos critérios atuais, defendendo que “menos  
204 é mais”, especialmente em editais de baixo valor, e alertou que a prática de  
205 unificar recursos de diferentes editais muitas vezes resulta na não aplicação  
206 dos valores. Sugeriu maior praticidade, com editais específicos por Subcomitê  
207 ou contratação direta por carta convite, considerando que os montantes estão  
208 abaixo do limite que exige processos mais complexos. Houve consenso sobre  
209 a necessidade de avaliar a viabilidade das propostas frente às restrições  
210 impostas e de encaminhar o tema para instâncias superiores. Daniel sugeriu  
211 evidenciar o impacto da proibição sobre a execução das propostas. Fátima  
212 concluiu reiterando que a vedação à participação de membros do Comitê na  
213 execução de projetos é incoerente e prejudica o fortalecimento da governança,  
214 defendendo que, ainda que sem pontuação extra, esses membros tenham o  
215 direito de participar, fortalecendo o vínculo entre atuação no comitê e execução  
216 de ações concretas. Discutiu-se a definição de ações e projetos financiáveis,  
217 com foco em plantio, monitoramento e parcerias. Flávia destacou que ações

SSLM-G: fone: 21 99896.8636 / e-mail: [subcomitê.marica-guarapina@bol.com.br](mailto:subcomitê.marica-guarapina@bol.com.br)

CBH-BG: Rua da Quitanda, nº 185, Centro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil, CEP: 20.091-005

Telefone: (21) 2531-0309 / Celular (21) 97374-3674 / E-mail: [cbhbaideguanabara@gmail.com](mailto:cbhbaideguanabara@gmail.com)



podem incluir palestras, atividades culturais, monitoramento de rios e plantio, mas ressaltou que o plantio exige manutenção, recursos adequados e acompanhamento, o que pode inviabilizar sua execução sem apoio institucional. Relatou experiências anteriores com a SECAP e problemas enfrentados quando a prefeitura se retirou do Subcomitê. Fátima concordou com a importância de diversificar as ações, sugerindo que recursos sejam aplicados de forma a fortalecer o Subcomitê e ampliar sua visibilidade, envolvendo a população e associações locais. Valéria explicou a possibilidade de parcerias e transferências de recursos previstas na Resolução 160, não limitadas a uma única instituição, mas alertou para restrições jurídicas que diferenciam editais para entidades sem fins lucrativos e para empresas. Houve consenso de que o processo atual apresenta entraves burocráticos que dificultam a execução prática, defendendo que as ações estejam alinhadas ao edital de projetos e contemplem demandas do território. Pedro Hugo reforçou a importância de manter os recursos no território, enquanto Fátima e outros membros sugeriram integrar monitoramento e comunicação a ações de educação ambiental, otimizando recursos. Concluiu-se que, diante das indefinições sobre metodologia e limitações impostas pela CTEM, o Subcomitê optará por devolver a questão para deliberação superior, solicitando que as ações considerem prioridades já definidas no edital de projetos. Foi colocada em votação a aprovação da proposta apresentada por Valéria, por manter a decisão anterior, já enviada para a CTEM sendo aprovada pelos membros presentes. **7) Cleanup Day: viabilidade de execução do evento em nosso território** - Iniciou-se a discussão sobre o evento Clean Up Day. Valéria explicou que a iniciativa não partiu da CT, mas da Diretoria, e que outras regiões contam com entidades externas que executam o evento, cabendo ao Comitê apenas apoiar. Ressaltou que, em Maricá, não há entidades com perfil e logística para organizar a ação, tornando sua realização inviável no momento. Flávia relatou experiências anteriores com o evento, destacando as dificuldades logísticas e baixo engajamento, afirmando que não pretende se envolver novamente. Foi consenso que, na ausência de parceiros adequados,

SSLM-G: fone: 21 99896.8636 / e-mail: [subcomitê.marica-guarapina@bol.com.br](mailto:subcomitê.marica-guarapina@bol.com.br)

CBH-BG: Rua da Quitanda, nº 185, Centro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil, CEP: 20.091-005

Telefone: (21) 2531-0309 / Celular (21) 97374-3674 / E-mail: [cbhbaideguanabara@gmail.com](mailto:cbhbaideguanabara@gmail.com)





o Subcomitê não deve protagonizar o evento, mas poderá apoiar caso surja iniciativa externa. A decisão sobre a inviabilidade foi aprovada pelos membros com direito a voto. **8) Assuntos Gerais** - Elane solicitou à Sanemar a continuidade da parceria com o Prêmio Internacional de Juventude das Águas de Estocolmo, ressaltando que a parte mais complexa, o convênio e o contato inicial, já foi feita e que o prêmio incentiva jovens a desenvolver soluções para a água, lembrando que suas alunas venceram no ano anterior. Flávia pediu à Amanda que trouxesse alguém com maior conhecimento técnico para responder a questões pendentes relacionadas aos estudos do P2 e P3, incluindo aspectos do contrato de gestão e ações envolvendo a Águas do Rio, a fim de concluir a análise ainda neste ano. Flávia comunicou que o licenciamento do porto foi indeferido pelo INEA, comemorando a decisão devido aos riscos ambientais, especialmente para o sistema lagunar e o litoral, e mencionou a possibilidade de resultado semelhante para um resort planejado na restinga. Valéria relatou um seminário realizado em Saquarema, promovido pela Comissão de Meio Ambiente da Câmara Federal, sobre o porto, esclarecendo que o CBH-BG não foi convidado formalmente e que havia incerteza sobre a natureza do evento, que não se caracterizou como audiência pública; ressaltou, no entanto, que representantes de Jaconé participaram e expuseram preocupações ambientais, reforçando a necessidade de novos estudos. Flávia complementou que o porto está em território de Maricá e no âmbito do CBH Lagos São João, justificando a participação de Saquarema, e comentou sobre a mobilização do movimento SOS Jaconé. Foram discutidos também os riscos de transbordo de óleo e cargas no porto, como petróleo e gado vivo, e os potenciais impactos ambientais severos. Encerradas as discussões, a Secretaria Executiva informou que enviaria os encaminhamentos a Flávia para revisão antes do envio a todos, e a reunião foi finalizada.

**Encaminhamentos** - 1. Revisar na minuta da 140ª R.O o ponto de pauta: “indicações para completar as representações do Subcomitê nas CTs. (Secretaria Executiva); 2. Para próxima reunião debater o P2 e P3, conforme



COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS  
SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ – CBH-BG

SUBCOMITÊ DO SISTEMA LAGUNAR MARICÁ-GUARAPINA - SSLM-G

279 retorno da Sanemar as perguntas enviadas ao longo da reunião  
280 (Coordenação).

281

282

283

Maricá, 01 de agosto de 2025

284

285

286

Flávia Lanari Coelho

287

Valéria Lima Marques de Sousa

288

Paulo Cardoso da Silva

289

**Coordenação Colegiada Subcomitê Maricá**